



ACÓRDÃO Nº1682/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº15551/2020.

Apensos: Processo nº 15553/2020, 15552/2020, 15554/2020, 15555/2020 e 15556/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Coari.

4- Exercício: 2007.

5- Responsável: José Wilson Matos Cavalcante (Ordenador de Despesa), Lindolfo Reis Avelar (Ordenador de Despesa.)

6- Advogado: Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM 7738, Harben Gomes Avelar – OAB/AM 9795 e Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM 7495.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5037/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2007.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Considerar revel o Sr. José Wilson Matos Cavalcante** - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 01.01.2007 a 13.08.2007 –, nos termos do art. 88 da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM;
- 10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coari** - referente ao exercício de 2007 -, sob a responsabilidade do **Sr. José Wilson Matos Cavalcante** – Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 01.01.2007 a 13.08.2007 –, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. José Wilson Matos Cavalcante** – Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 01.01.2007 a 13.08.2007 –, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedades que se caracterizam como



ACÓRDÃO Nº1682/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar elencadas nos subitens 12.8, 12.17, 12.20, 12.21, 12.22, 12.23, 12.24, 12.25, 12.26, 12.27, 12.28, 12.29 (letras “a”, “b”, “c”, e “d”), 12.30, 12.31, 12.32, 12.34 (subitens 6.17.1, 6.17.2, e 6.17.4), 12.38 (subitens 8.1.1.3), 12.39 (subitens 8.1.2.1 e 8.1.2.2), 12.40 (subitens 8.1.2.4 e 8.1.2.5), 12.41 (subitem 8.1.3), 12.42 (subitens 8.2.3.3 e 8.2.3.5), 12.43 (subitem 8.2.4.1), 12.47, 12.48 (subitens 9.1 e 9.2) e 12.49 (subitens 11.1.1, 11.1.2, 11.2.1 e 11.2.2) do Relatório Preliminar nº 39/2010-CI/SECAMI.

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no item 10.3, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. José Wilson Matos Cavalcante** – Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 01.01.2007 a 13.08.2007 –, no valor de **R\$3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, II, “b” da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, em razão da não apresentação do processo licitatório indicado no subitem 12.35 do Relatório Preliminar nº 39/2010-CI/SECAMI.

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no item 10.4, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III,



ACÓRDÃO Nº1682/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Considerar em Alcance ao Sr. José Wilson Matos Cavalcante** – Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 01.01.2007 a 13.08.2007 –, com fulcro no art. 304 da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, no valor total de **R\$1.671.035,86** (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos), discriminados da seguinte maneira:

10.5.1. R\$650.356,06 (seiscentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e seis reais e seis centavos), em decorrência da impropriedade elencada no subitem 5.1.4.1 do Relatório Preliminar nº 39/2010-CI/SECAMI;

10.5.2. R\$667.593,21 (seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte e um centavos), em decorrência do item 2, letra "j" do Relatório Conclusivo nº 33/2011-CI/SECAMI;

10.5.3. R\$73.778,00 (setenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais), em razão da impropriedade elencada nos subitens 6.7.1 e 6.13.2 do Relatório Preliminar nº 39/2010-CI/SECAMI;

10.5.4. R\$279.308,59 (duzentos e setenta e nove mil, trezentos e oito reais e cinquenta e nove centavos), em decorrência da irregularidade apontada no item 4 da Informação Conclusiva nº 60/2014 – DICOP;

Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, mencionado no item 10.5, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Coari.

- 10.6. Considerar revel o Sr. Lindolfo Reis Avelar** - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 25.09.2007 a 31.12.2007 -, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº1682/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.7. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coari - referente ao exercício de 2007 -, sob a responsabilidade do Sr. **Lindolfo Reis Avelar** - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 25.09.2007 a 31.12.2007 -, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.8. Aplicar Multa ao Sr. **Lindolfo Reis Avelar** - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 25.09.2007 a 31.12.2007 -, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove reais), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedade que se caracterizam como atos praticados com grave infração às normas legais e regulamentares apontadas nos subitens 12.3, 12.5, 12.6, 12.8, 12.9, 12.10, 12.11, 12.14, 12.17, 12.23, 12.25, 12.26, 12.31, 12.37, 12.41 (subitem 8.1.4), 12.42 (subitens 8.2.3.3 a 8.2.3.5), 12.43 (subitem 8.2.4.1), 12.47 e 12.48 (subitens 9.1e 9.2) do Relatório Preliminar n.º 39/2010-CI/SECAMI;

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no item 10.8, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.9. Aplicar Multa ao Sr. **Lindolfo Reis Avelar** - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 25.09.2007 a 31.12.2007 -, no valor de **R\$1.706,80** (um mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, “a” da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão do atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal relacionado ao 3º



ACÓRDÃO Nº1682/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

quadrimestre do exercício de 2007;

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no item 10.9, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.10 Aplicar Multa ao Sr. Lindolfo Reis Avelar** - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 25.09.2007 a 31.12.2007 -, no valor de **R\$3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, II, “b” da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, em razão da impropriedade elencada nos subitens 12.36 (subitem 6.16.1) e 12.5 do Relatório Preliminar n.º 39/2010-CI/SECAMI;

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no item 10.10, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder,



ACÓRDÃO Nº1682/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.11 Considerar em Alcance ao Sr. Lindolfo Reis Avelar - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 25.09.2007 a 31.12.2007 - , com fulcro no art. 304 da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, no valor total de **R\$ 248.905,78** (duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinco reais e setenta e oito centavos), discriminado da seguinte forma:

10.11.1. R\$124.846,00 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e seis reais), em razão da impropriedade elencada no subitem 5.1.4.1 do Relatório Preliminar nº 39/2010-CI/SECAMI;

10.11.2. R\$6.000,00 (seis mil reais), em decorrência da impropriedade elencada no subitem 5.2.4 do Relatório Preliminar nº 39/2010-CI/SECAMI;

10.11.3. R\$117.059,78 (cento e dezessete mil, cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos), em razão da impropriedade elencada no item 4, letra “d” do Relatório Conclusivo nº 33/2011-CI/SECAMI;

10.11.4. R\$1.000,00 (mil reais) em decorrência da irregularidade apontada no subitem 8.2.9.5 do Relatório Preliminar nº 39/2010-CI/SECAMI;

Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, mencionado no item 10.11, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Coari.

10.12 Recomendar à Câmara Municipal de Coari que observe com maior rigor a legislação aplicável, sobretudo aquelas que dizem respeito às impropriedades que foram consideradas mantidas;

10.13 Dar ciência ao Sr. José Wilson Matos Cavalcante – Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 01.01.2007 a 13.08.2007 – e seus Advogados constituídos acerca do *decisum* a ser exarado por este Tribunal Pleno.

10.14 Dar ciência ao Sr. Lindolfo Reis Avelar - Presidente da Câmara Municipal de Coari no período de 25.09.2007 a 31.12.2007 -, e seu Advogado constituído acerca do *decisum* exarado por este Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº1682/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 4 de outubro de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral